



ELEIÇÕES 2026

PLATAFORMA DA

CUT **PARANÁ**



CUT [®] **PARANÁ**
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



**CONHEÇA TAMBÉM A PLATAFORMA
DA CUT BRASIL:
WWW.CUT.ORG.BR**



Presidente: Marcio Kieller - FETEC-PR / Curitiba

Vice-Presidente: Neveraldo da Silva Oliboni - Rurais / Nova Prata do Iguaçu

Secretária Geral: Vera Lucia Pedroso Nogueira - SINDAEN / Maringá (licenciada)

Secretária de Administração e Finanças: Josenilda da Cruz Ferreira - Rurais / Cândói

Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso - APP / Cascavel

Secretária De Formação: Marisa Morales Penati - SINTEEMAR / Maringá

Secretária de Organização e Política Sindical: Simone Regina Checchi - APP / Toledo

Secretária da Mulher Trabalhadora: Eunice Tieko Miyamoto - SEEB / Londrina

Secretária de Relações do Trabalho: Tathyana Maria Tenorio da Rocha - SINTRAPAV / Curitiba

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos: Julia Maria Moraes - APP / Metropolitana Sul

Secretária de Juventude: Camile Cristina dos Santos Cruz - SISMUC / Curitiba

Secretário de Combate ao Racismo: Luiz Carlos dos Santos - APP / Maringá

Secretário de Saúde do Trabalhador: José de Oliveira Lima - SINTRACON / Curitiba

Secretário de Meio Ambiente: Jefferson Leandro Gomes Palhão - Metalúrgicos/Ponta Grossa

Secretário de Assuntos Jurídicos: Carlos Aparecido da Silva de Melo - Servidores Municipais / Cambé

Secretário de Cultura: Jaci Poli - SINDIEDUTEC / Curitiba

Secretaria de Mobilização e Movimentos Sociais: Alessandra Claudia de Oliveira - SISMUC / Curitiba

Secretário Executivo: Valdir Aparecido Mestriner -SINDIURBANO-PR / Curitiba

DIREÇÃO EFETIVA DA CUT PARANÁ GESTÃO 2023/2027: Daniel Ivan Rosaneli / Olair Eron Viana da Rocha / Elias Hennemann Jordão / Junior César Dias / Cinara Correia Freitas Tonatto / Edilson José Gabriel / Ney Angelo Betin / Márcia Aparecida de Oliveria Neves / Natalia dos Santos da Silva / Lilian Mozer / Alba Gomes da Silva / Tais Adams Gramowski / Silvane Vanelli / Edison de Souza Ribeiro / Anderson Ferreira da Silva (Prego) / Paulo Gomes / Sidineiva Gonçalves de Lima / Elizabete Eva Almeida Dantas.

DIREÇÃO NACIONAL: Isabel Cristina Gonçalves / Marcio Kieller (licenciado)

Apresentação	01
Desenvolvimento com Trabalho Digno, Justiça Social e o Fim das Desigualdades.....	02
Soberania, Saneamento, Energia e Tecnologia	03
Fortalecimento do Estado Social e dos Servidores Públicos	04
Emprego, Renda, Trabalho Decente e Inclusão Social	05
Um Paraná que Cooperar e Constrói	06
A Economia do Cuidado e a Proteção da Vida	07
Combate ao Feminicídio, Rompimento Estrutural da Cultura Machista e Igualdade Laboral de Gênero.....	09
As Lutas por Igualdade Racial e Valorização da Diversidade no Mundo do Trabalho	10
Juventude e Valorização da Cultura como Eixo de Desenvolvimento Humano	11
Propostas dos Ramos de Trabalho	13
Financeiro	13
Comerciários	15
Segurança Pública	15
Alimentação	15
Comunicação	16
Agricultura Familiar	16
Educação	17
Saúde	17
Transportes	18
Servidores Públicos	19
Construção Civil e Pesada	20
Trabalhadores dos Correios	20
Químicos	20
Conclusão	21

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Estamos nos aproximando novamente das eleições gerais de 2026 no Brasil. Este ano, iremos às urnas escolher nossos candidatos a presidente, vice-presidente, governadores, vice-governadores, senadores, e deputados federais e estaduais — um momento importante de coroamento da democracia para o nosso país. E a Central Única dos Trabalhadores do Paraná, assim como faz em todos os processos eleitorais desde 2006, vai apresentar ao conjunto de candidatas e candidatos progressistas que estão colocando seus nomes para o pleito a sua Plataforma da Classe Trabalhadora da CUT/PR para as eleições de 2026.

No sentido de construir a nossa Plataforma da CUT Paraná para as eleições gerais de 2026, provocamos e solicitamos a todos os nossos ramos de atividade da Central apontamentos e diagnósticos de cada setor, e também que nos enviassem propostas e conteúdos que gostariam de ver contemplados na Plataforma. Assim, esta Plataforma da Classe Trabalhadora da CUT/PR, construída com a contribuição de nossos ramos de atividade da Central, serve como principal receituário para destacar, neste processo de eleições gerais de 2026 — para as pré-candidaturas e para as candidaturas proporcionais e majoritárias que de fato se efetivarem para a disputa do pleito —, as demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo cutista no Paraná, no sentido de poder construir, nas casas legislativas estaduais e no Congresso Nacional, pensamentos e ações afirmativas que se identifiquem com a classe trabalhadora do Paraná e do Brasil e a defendam.

Nossa preocupação central também passa pela representatividade — pois, na atual legislatura, nós, trabalhadoras e trabalhadores, somos somente 7% das cadeiras, situação que se repete nas assembleias legislativas por todo o Brasil —, estamos, através das adesões à Plataforma da Classe Trabalhadora da CUT/PR, buscando o mapeamento das candidaturas de viés sindical. Queremos construir frentes sindicais bem estruturadas e garantir nas casas de leis e fiscalização bancadas classistas identificadas com as nossas pautas e nossas demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Viva as trabalhadoras e os trabalhadores! Viva a Central Única dos Trabalhadores do Paraná – CUT/PR!

Desenvolvimento com Trabalho Digno, Justiça Social e o Fim das Desigualdades

A classe trabalhadora brasileira sabe bem o que quer: um projeto de país que leve a sério a soberania, a democracia e a justiça social. Não dá mais para aceitar uma economia que ignora quem produz. Precisamos colocar o trabalho no centro de tudo, garantindo que o crescimento venha acompanhado de renda no bolso, empregos de verdade e uma melhora real na vida das famílias.

Para isso, o Estado não pode ser um espectador. Ele precisa puxar o desenvolvimento, incentivando a indústria, a tecnologia, a inclusão e o cuidado com o meio ambiente, sempre focando em diminuir os abismos sociais entre as regiões do Brasil. As decisões sobre impostos e juros precisam servir ao povo e ao pleno emprego, rompendo de vez com essa lógica que prioriza o lucro de quem vive de renda em vez de quem vive do suor do próprio rosto.

Um ponto central dessa luta é a valorização real do salário mínimo. Ele não é apenas um número; é a ferramenta que distribui renda, movimenta o comércio e tira as pessoas da pobreza. Aumentar o salário acima da inflação é garantir que o trabalhador possa comprar o que produz, fortalecendo a nossa própria economia. É uma questão básica de justiça.

Mas não basta olhar apenas para o bolso; precisamos olhar para a vida. É urgente enfrentar as desigualdades de gênero. O combate ao feminicídio também tem que ser prioridade absoluta. Não é só caso de polícia, é um enfrentamento direto contra essa cultura machista que agride e mata mulheres todos os dias. Precisamos de educação, proteção de verdade e autonomia financeira para as trabalhadoras. Sem derrotar o machismo, não existe democracia real.

Isso passa também por uma Política Nacional de Cuidados. Não é justo que as mulheres carreguem sozinhas o peso do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos. Precisamos de mais creches e escolas em tempo integral para que a mulher tenha o direito real de trabalhar e crescer na carreira.

Defender direitos não é coisa do passado. Valorizar os sindicatos e a negociação coletiva é a única forma de impedir a precarização. Precisamos dar um basta em fraudes como a "pejotização" e ficar de olho nas novas tecnologias. A Inteligência Artificial (IA) já é uma realidade, e ela deve servir para facilitar a vida, não para roubar empregos ou tirar direitos.

Acreditamos também na força da economia solidária e das cooperativas. Onde o mercado vira as costas, a união dos trabalhadores cria alternativas contra o desemprego. Isso merece apoio público, crédito e assistência técnica.

No fim das contas, construir um Brasil justo e soberano só é possível com o povo participando de verdade. Nessa lógica, a Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT/PR) reafirma seu compromisso de estar na linha de frente dessa agenda. Vamos unir o desenvolvimento econômico com a justiça social, garantindo que cada trabalhador e trabalhadora tenha um futuro digno, com direitos respeitados e igualdade para todas e todos.

A trajetória da CUT/PR é alicerçada na compreensão de que o sindicato é um agente de transformação social, e não apenas uma estrutura corporativa. Ao longo das últimas décadas, fomos a barreira de contenção contra o avanço do neoliberalismo que anseia reduzir o Estado e precarizar a vida de quem produz. Ao projetarmos as Eleições de 2026, entendemos que o desafio evoluiu: não basta mais apenas resistir ao desmonte; é preciso pautar um novo modelo de desenvolvimento para o Paraná e o Brasil.

Este documento fundamenta uma plataforma que busca humanizar a tecnologia, socializar o cuidado e fortalecer a autogestão. Queremos um estado onde a inovação tecnológica não resulte em exclusão, onde o cuidado seja uma responsabilidade pública e onde a economia ofereça alternativas reais de geração de renda e trabalho decente para todos os setores da classe trabalhadora paranaense.

Soberania, Saneamento, Energia e Tecnologia

Este eixo constitui a espinha dorsal da soberania do Paraná, unindo os ramos Urbanitários (água, energia, gás e saneamento) e de Processamento de Dados aos setores industriais e financeiros que hoje enfrentam a fronteira da automação. Entendemos que os recursos naturais e a inteligência de dados são bens comuns que permitem a vida digna em sociedade. Por isso, a defesa de empresas públicas como a Sanepar e a Celepar, aliada à luta incansável contra os impactos da privatização da Copel, são pautas que transcendem categorias: elas protegem o custo de vida, a privacidade e a segurança de toda a população paranaense.

Vivemos uma transformação profunda nos modos de produção que atinge desde o chão de fábrica até o escritório virtual. No entanto, a Indústria 4.0, a IA e a automação não podem ser ferramentas de demissão em massa ou de entrega do patrimônio público ao lucro privado. No Paraná, essa realidade impacta diretamente os Bancários e Financeiros, que enfrentam o fechamento de agências, e os trabalhadores da Indústria Química, de Alimentos, do Vestuário e Petroleiros, onde a máquina frequentemente substitui o braço sem contrapartida social. Da mesma forma, a tentativa de privatização da Celepar representa um ataque ao patrimônio imaterial do povo, entregando dados sensíveis e a inteligência do Estado à lógica mercantilista. A infraestrutura digital do Estado deve servir para proteger o cidadão, e não para ser vendida como mercadoria.

É com os pés no chão e os olhos no futuro que precisamos discutir o que queremos para o nosso estado e para o Brasil em 2026. A classe trabalhadora não pode mais aceitar que o progresso técnico sirva apenas para encher o bolso de poucos, enquanto quem carrega o país nas costas fica com a sobrecarga e a incerteza.

A classe trabalhadora exige valorização e requalificação. Se o Estado dá incentivo fiscal para empresa, tem que exigir em troca que essas empresas preparem as trabalhadoras e os trabalhadores para lidar com a automação. Não aceitaremos que a tecnologia seja desculpa para demissão ou para as terceirizações que precarizam as condições de trabalho.

Para as trabalhadoras e os trabalhadores, a universalização do acesso à energia elétrica é uma urgência que não pode esperar a boa vontade do mercado. Exigimos políticas públicas que garantam a seguridade energética, protegendo o bolso das famílias de baixa renda com subsídios e tarifas justas.

Nesse mesmo passo, a classe trabalhadora reivindica uma eficiência energética que seja, de fato, popular. Queremos a ciência das universidades a serviço das nossas necessidades, através de convênios que levem assistência técnica e projetos de moradia sustentável para as periferias, reduzindo o custo de vida e respeitando o meio ambiente. Afinal, as trabalhadoras e os trabalhadores são os que mais sofrem com o descaso ambiental e a falta de infraestrutura. Por isso, nossa bandeira também se ergue pela universalização do saneamento básico. É inadmissível que, em pleno século XXI, ainda lutemos por água tratada, esgoto coletado e drenagem urbana eficiente. Nossa posição é clara: defendemos o fortalecimento dos operadores públicos e a gestão estatal do setor, com controle social rigoroso, para que a água continue sendo um bem público e não uma fonte de lucro para acionistas.

Além disso, as trabalhadoras e os trabalhadores exigem uma gestão pública e verdadeiramente democrática. Não abrimos mão de que nossas riquezas naturais e nossos avanços tecnológicos estejam sob o controle da sociedade. O saneamento básico e a energia elétrica têm que chegar na periferia e no campo sem essa sede de lucro máximo das empresas.

A nossa mensagem é clara: sem água tratada na torneira, sem luz barata e sem soberania sobre nossos dados, não existe desenvolvimento, não existe saúde pública e nem democracia de verdade no Paraná. É hora de união para garantir que o futuro seja nosso!

Fortalecimento do Estado Social e dos Servidores Públicos

O serviço público é o instrumento de realização dos direitos da classe trabalhadora. A valorização dos Servidores Públicos Municipais, Estaduais e Federais é a garantia de que o Estado cumpre sua função social. Enfrentamos um período de ataques à estabilidade e de tentativas de transformar direitos em mercadoria. Em 2026, a pauta dos servidores é fundamental para a reconstrução do pacto democrático no Paraná.

A classe trabalhadora que move o serviço público brasileiro sabe muito bem que não existe direito sem luta. Não podemos mais aceitar que o nosso esforço seja invisibilizado. Por isso, as trabalhadoras e os trabalhadores se levantam para exigir o básico: carreira e dignidade. Isso passa, obrigatoriamente, pela garantia da data-base anual e por planos de cargos e carreiras que permitam uma progressão de verdade, com a recomposição imediata de todas as perdas que a inflação causou aos salários em cada canto deste país, seja nos municípios, nos estados ou na federação.

Além disso, a classe trabalhadora não aceita mais a precarização que avança sob o disfarce de contratos temporários e PSS. Esse modelo é uma armadilha que enfraquece a nossa organização sindical e, pior ainda, fragiliza o atendimento direto à população mais carente. As trabalhadoras e os trabalhadores defendem o concurso público e a estabilidade como garantias de que o Estado servirá ao povo, e não aos interesses de ocasião de governantes.

Para que o Brasil avance, precisamos de unidade. As trabalhadoras e os trabalhadores das três esferas — municipal, estadual e federal — necessitam de união e articulação. Afinal, as políticas federais e os grandes

investimentos só chegam de fato à vida do cidadão se houver servidores valorizados na ponta, executando cada programa com excelência. A classe trabalhadora é o braço forte que faz as políticas sociais funcionarem, e a valorização dos servidores públicos é a garantia de um serviço público de qualidade para todas as brasileiras e todos os brasileiros.

Para que o Estado brasileiro deixe de ser um balcão de negócios e passe a servir aos interesses da maioria, a classe trabalhadora entende que a reconstrução do país passa, necessariamente, pela democratização das instituições. Não aceitamos mais decisões tomadas em gabinetes fechados; por isso, trabalhadoras e trabalhadores exigem a instituição do Orçamento Participativo e a garantia de presença ativa dos movimentos sociais em todos os conselhos e instâncias de decisão. A gestão deve ser participativa, com o controle social exercido por quem produz a riqueza desta nação.

A luta contra a privatização e a precarização é central: trabalhadoras e trabalhadores reafirmam que a execução das políticas de Estado deve ser prioridade de servidores de carreira. Somente a valorização do servidor público pode garantir a qualidade e a eficiência necessárias para barrar a ganância da acumulação privada sobre os direitos sociais. Para sustentar essa estrutura, as ouvidorias precisam ser fortalecidas, criando canais de diálogo direto, transparência total e um combate implacável à desinformação que tenta deslegitimar o nosso trabalho.

Olhando para o futuro e para a soberania nacional, a classe trabalhadora pauta a ampliação imediata dos investimentos em habitação, saneamento e energia. Esse desenvolvimento deve ser sustentável, integrando o crescimento econômico à preservação ambiental e à infraestrutura necessária para a vida digna.

Emprego, Renda, Trabalho Decente e Inclusão Social

No atual contexto de profundas transformações no mundo do trabalho, a CUT/PR reafirma a necessidade de recolocar a valorização do trabalho humano no centro do projeto de desenvolvimento do país. Trata-se de enfrentar, com firmeza e organização coletiva, a lógica de precarização que avança sobre direitos históricos da classe trabalhadora, impondo jornadas extenuantes, vínculos frágeis e insegurança social.

Nesse sentido, ganha centralidade a luta pela valorização real do salário mínimo, com reajustes acima da inflação, como instrumento fundamental de distribuição de renda, dinamização da economia e combate às desigualdades sociais. Não se trata apenas de recompor perdas, mas de assegurar ganhos concretos que permitam melhores condições de vida para milhões de trabalhadoras e trabalhadores. Da mesma forma, a defesa do fim da escala 6x1 se impõe como medida civilizatória, alinhada à necessidade de garantir descanso digno, convívio familiar e preservação da saúde física e mental da classe trabalhadora, historicamente submetida a ritmos intensos de exploração.

Outro eixo estratégico é o fortalecimento da Economia Solidária (EcoSol) como alternativa concreta à precarização, especialmente entre trabalhadoras e trabalhadores submetidos às plataformas digitais. É fundamental que o poder público, em diálogo com o movimento sindical, fomente políticas de apoio, crédito, formação e organização coletiva, de modo a construir caminhos que superem a lógica individualizante e excludente dos aplicativos, promovendo trabalho associado, renda digna e autonomia.



Ao mesmo tempo, a CUT/PR reafirma a importância do fortalecimento das negociações coletivas como instrumento privilegiado de conquista de melhores salários, ampliação de direitos e melhoria das condições de trabalho. É na mesa de negociação, sustentada pela organização sindical, que se materializam avanços concretos, ganhos reais, razão pela qual é indispensável garantir liberdade sindical, valorização das entidades representativas e respeito ao direito de greve.

Essas reivindicações dialogam diretamente com a Agenda do Trabalho Decente, formulada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que aponta como prioridades a erradicação do trabalho escravo e infantil, a promoção de condições dignas de trabalho e o fortalecimento da organização sindical. Nesse campo, é indispensável intensificar ações de fiscalização, responsabilização e conscientização, garantindo que nenhuma forma de exploração seja tolerada em nossa sociedade.

No que se refere à inclusão produtiva, a CUT/PR defende a implementação de políticas públicas que promovam justiça social no acesso ao emprego, com a adoção de cotas e programas de incentivo à contratação de segmentos historicamente excluídos. Destacam-se, nesse processo, as mulheres acima de 40 anos — especialmente aquelas que são chefes de família —, a população negra, pessoas LGBTQIA+, bem como egressos do sistema prisional e refugiados, cuja inserção no mercado de trabalho é condição essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

A juventude também ocupa lugar estratégico nessa agenda. É urgente desenvolver políticas de qualificação profissional que assegurem o acesso ao primeiro emprego sem comprometer a permanência na escola, combatendo a exclusão precoce e criando perspectivas reais de futuro para as novas gerações. Trabalho e educação precisam caminhar juntos, como pilares de um projeto de desenvolvimento inclusivo.

Por fim, a CUT/PR enfatiza que não há trabalho digno sem saúde. A implementação de políticas de saúde do trabalhador deve considerar o ambiente laboral como fator determinante para o bem-estar físico e mental, enfrentando o adoecimento decorrente de jornadas excessivas, metas abusivas e condições inadequadas. É necessário fortalecer a prevenção, a vigilância e o cuidado integral, garantindo que o trabalho não seja fonte de sofrimento, mas de realização e dignidade.

Diante desse conjunto de desafios, a CUT/PR reafirma seu compromisso com a organização da classe trabalhadora, a defesa intransigente dos direitos sociais e a construção de um projeto de país que coloque o trabalho, a justiça social e a dignidade humana acima dos interesses do mercado.

Um Paraná que Coopera e Constrói

O Paraná é um estado moldado por mãos que trabalham, e esse esforço se divide entre o suor de quem está no campo, na agricultura familiar, e a força de quem ergue nossas cidades na construção civil. O que propomos aqui é que os governos estadual e federal parem de ser apenas observadores e passem a ser indutores de uma economia baseada na cooperação. Não se trata de inventar a roda, mas de usar o que já temos a favor de quem mais precisa. Imagine a capilaridade das trabalhadoras e trabalhadores dos Correios e as malhas

rodoviárias servindo como o braço logístico do pequeno produtor, garantindo que o alimento chegue ao destino sem atravessadores.

Essa visão de desenvolvimento regional passa obrigatoriamente por obras públicas que contratem mão de obra local e por um Estado que priorize a compra direta de cooperativas para suprir hospitais, escolas e órgãos públicos. Para que isso funcione na prática, precisamos atualizar a Lei Estadual nº 19.784/2018, garantindo mais incentivos fiscais e uma tributação que não sufoque a produção ecológica. É necessário também recolocar a EcoSol no orçamento público, criando fundos específicos para os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde o apoio ao empreendimento solidário pode ser a diferença entre a estagnação e o crescimento.

O apoio financeiro também precisa ser repensado. Defendemos a implementação de bancos comunitários e moedas sociais, que mantêm a riqueza circulando dentro das próprias comunidades. Além disso, o crédito precisa ser desburocratizado: juros subsidiados e o uso do "aval solidário" são ferramentas fundamentais para que assentados e comunidades tradicionais tenham acesso à terra e aos meios de produção. Mas o crédito sozinho não basta; é preciso estruturar redes de comercialização e feiras regionais permanentes, para que o consumo consciente vire rotina e não exceção.

Para sustentar tudo isso, o conhecimento deve estar no centro. Isso significa criar Centros Públicos de Formação e Assistência Técnica, fortalecer as incubadoras nas universidades para o desenvolvimento de tecnologias sociais e levar a educação sobre cooperação para dentro das escolas. Também precisamos resolver gargalos práticos, como a criação de consórcios regionais de inspeção sanitária, que permitem ao pequeno produtor regularizar seus produtos com segurança. Por fim, esse ciclo se fecha com a sustentabilidade, integrando as cooperativas de catadores na gestão de resíduos e investindo na formação em autogestão. No fim das contas, a EcoSol é sobre dar autonomia à classe trabalhadora, para que ela seja protagonista do desenvolvimento do Paraná.

A Economia do Cuidado e a Proteção da Vida

O trabalho de cuidar — de crianças, idosos, enfermos e pessoas com deficiência (PCDs) — também integra a estrutura produtiva do estado. Para a CUT/PR, o cuidado é um pilar econômico importantíssimo. Sem a rede de suporte oferecida pelos Trabalhadores da Educação (municipal, estadual e federal), da Saúde Privada e os Assistentes Sociais, a sociedade paranaense não funcionaria.

Propomos a criação de uma Rede Estadual de Cuidados que transforme essa responsabilidade em política pública. Isso passa pelo fortalecimento do SUAS e do SUS, pelo cumprimento das 30 horas para assistentes sociais e pela implementação rigorosa do Piso da Enfermagem. Quando o Estado investe em cuidado, ele valoriza a vida e gera empregos dignos em setores que são a base da nossa sociedade.

Essa realidade converge para a necessidade de novas Políticas Públicas para PCDs, tomando como base os diagnósticos elaborados pelo Coletivo Estadual da CUT/PR. Tais levantamentos, conduzidos por representantes da própria classe trabalhadora, revelam as lacunas e as urgências que devem nortear as próximas ações governamentais:

A ECONOMIA DO CUIDADO E A PROTEÇÃO DA VIDA

- *Enfrentamento de Barreiras Multidimensionais*: O Coletivo denuncia que, além dos obstáculos físicos, persistem barreiras atitudinais, comunicacionais e programáticas que sabotam a rotina das trabalhadoras e trabalhadores com deficiência.
- *Inadequação dos Sistemas de Avaliação*: Crítica contundente à rigidez dos sistemas de avaliação funcional, que ignoram as particularidades de pessoas autistas ao exigir padrões de comunicação e leitura ambiental incompatíveis com a neurodivergência.
- *Insegurança Jurídica e Administrativa*: Relato de morosidade excessiva no reconhecimento de laudos e casos de redução de jornada para terapias que resultam em retirada de direitos, ferindo a dignidade do trabalhador.
- *Desrespeito às Restrições Laborais*: Denúncia do uso inadequado de laudos de restrição, que resulta em pressão pelo retorno precoce ao trabalho ou no encaminhamento forçado à aposentadoria, sem esgotar as possibilidades de adaptação.
- *Acessibilidade Comunicacional Intermitente*: Alerta para a "acessibilidade de vitrine", onde intérpretes de Libras só estão presentes em eventos, deixando o trabalhador desamparado no cotidiano das unidades.
- *Combate ao Anacronismo Manuscrito*: Exigência de substituição de registros manuais (encaminhamentos e fichas) por meios digitais, visando eliminar barreiras para profissionais com limitações motoras na Educação e Administração.
- *Preservação da Dignidade e Privacidade*: A obrigatoriedade de documentos manuscritos expõe o trabalhador ao constrangimento de depender de terceiros, gerando uma sensação indevida de incapacidade e exposição de dados sensíveis.
- *Racionalização de Recursos*: Defesa da implementação de processos 100% digitais para garantir eficiência administrativa, economia de insumos e respeito ao fluxo de trabalho que já é, em sua maioria, online.
- *Garantia de Tecnologias Assistivas*: Proteção ao direito do uso de abafadores de som e outros dispositivos de suporte, combatendo o despreparo e a falta de sensibilidade das chefias.
- *Acessibilidade para Além da Mobilidade*: Reivindicação para que a alocação de servidores considere necessidades individuais complexas, superando a visão limitada que foca apenas em proximidade com terminais de transporte.
- *Consolidação do Modelo Biopsicossocial*: Urgência na implementação da avaliação unificada que priorize as barreiras sociais e ambientais, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI).
- *Educação Inclusiva com Suporte Real*: Garantia de mediadores e cuidadores qualificados na rede pública, com investimento pesado em formação continuada.
- *Fiscalização Estratégica da Lei de Cotas*: Intensificação da vigilância sobre a Lei 8.213/91, com a reversão direta das multas aplicadas para fundos específicos de capacitação profissional de PCDs.
- *Mobilidade Urbana e Transporte Universal*: Execução rigorosa das normas da ABNT (NBR 9050) em calçadas e vias, além de assegurar frotas de transporte público com 100% de acessibilidade operacional.
- *Reforma na Seguridade Social*: Ajuste nos critérios de renda do BPC para considerar os gastos inerentes à deficiência e facilitação do acesso ao Auxílio-Inclusão para quem ingressa no mercado de trabalho.



Combate ao Feminicídio, Rompimento Estrutural da Cultura Machista e Igualdade Laboral de Gênero

As reivindicações de políticas públicas que fortaleçam e protejam as mulheres do Paraná e do Brasil não surgem do acaso, nem de formulações teóricas abstratas ou gabinetes distantes da realidade social. Elas brotam, com vigor e urgência, do cotidiano concreto das mulheres trabalhadoras, especialmente das mais precarizadas, que enfrentam simultaneamente a exploração cruel no mundo do trabalho e a violência estrutural de uma sociedade ainda profundamente marcada pelo machismo e pela herança patriarcal. É nesse terreno de disputas e resistências que se afirmam algumas das principais bandeiras que hoje organizam a luta sindical feminista no Paraná e em todo o território nacional.

Em primeiro plano está o combate rigoroso ao feminicídio, entendido aqui não como um fenômeno isolado ou uma fatalidade individual, mas como a expressão extrema e fatal de uma cultura de violência que se reproduz cotidianamente nas relações sociais, familiares e, de forma muitas vezes invisibilizada, também nos locais de trabalho. No geral, o Brasil convive com índices alarmantes que envergonham o país perante o mundo, o que evidencia a urgência inadiável de uma resposta articulada e robusta entre o Estado e a sociedade civil organizada. Nesse sentido, a CUT/PR sustenta com firmeza que não basta a simples existência de leis ou políticas públicas formais no papel: é preciso romper definitivamente com a naturalização da violência, fortalecer as redes de acolhimento psicossocial, garantir o orçamento público para as casas-abrigo e responsabilizar agressores com o rigor da lei. Ao mesmo tempo, é imperativo promover uma transformação cultural profunda, capaz de desestruturar as bases do patriarcado que sustentam e justificam essa realidade de opressão.

Essa compreensão leva a um segundo eixo central da nossa atuação: o enfrentamento estrutural da cultura machista em todas as suas vertentes. A mesma lógica de dominação que subordina as mulheres no ambiente doméstico se reproduz com contornos nítidos no mercado de trabalho, onde elas recebem sistematicamente menos, ocupam postos mais instáveis e acumulam jornadas exaustivas que drenam sua energia vital. Nesse cenário de desigualdade latente, a histórica reivindicação pela igualdade salarial entre homens e mulheres ganha uma centralidade incontornável e estratégica. No Brasil, e de forma muito nítida no estado do Paraná, a disparidade de rendimentos ainda é uma ferida aberta que sangra a economia das famílias: mulheres que desempenham rigorosamente as mesmas funções que seus colegas homens continuam sendo remuneradas com valores significativamente inferiores. Essa lacuna não é apenas um erro contábil ou um desvio de percurso das empresas, mas uma ferramenta política de controle que vulnerabiliza a autonomia financeira feminina e perpetua a dependência econômica, impedindo muitas vezes que a mulher saia de ciclos de violência doméstica por falta de meios próprios de subsistência.

A luta, portanto, é por uma igualdade substantiva — o que inclui necessariamente ampliar a participação das mulheres nos espaços de decisão e poder, fortalecer sua autonomia econômica real e garantir políticas públicas de cuidado que enfrentem a divisão sexual do trabalho. A desigualdade no mundo do trabalho, simbolizada pela persistente e injustificável diferença salarial — dialoga diretamente com a violência estrutural, criando um ciclo vicioso de exclusão que precisa ser rompido pela raiz através de fiscalização e punição para empresas que descumprem a isonomia.

É justamente nesse ponto de intersecção entre vida e trabalho que ganha força a defesa do fim da escala 6x1, uma das pautas mais mobilizadoras e legítimas da atualidade. Longe de ser apenas uma reivindicação trabalhista clássica de caráter econômico, essa bandeira assume um caráter estratégico fundamental para as mulheres. Isso ocorre porque a jornada de seis dias de trabalho para apenas um de descanso — muitas vezes utilizado apenas para a recuperação física mínima — intensifica de forma perversa a chamada dupla ou tripla jornada feminina. São elas que, majoritariamente, seguem responsáveis pelo trabalho invisível doméstico e de cuidados com filhos e idosos. As mulheres dedicam, em média, quase o dobro de horas semanais a essas atividades de reprodução da vida em comparação aos homens. Assim, a luta pela redução da jornada sem redução de salários se conecta diretamente à defesa da saúde mental, do tempo livre para o lazer, da participação política nos sindicatos e, em última instância, do direito à própria vida e dignidade das mulheres trabalhadoras.

No Paraná, essa pauta tem sido levada com coragem às ruas, aos portões das fábricas, aos locais de trabalho no comércio e aos espaços de formação sindical, articulando cultura, mobilização de base e debate político como instrumentos essenciais de conscientização e organização da classe trabalhadora. Ao lado do combate sem tréguas ao feminicídio e da crítica contundente à cultura machista, o fim da escala 6x1 e a exigência inegociável de "salário igual para trabalho igual" aparecem como partes indissociáveis de um projeto muito mais amplo de sociedade. Um projeto no qual o trabalho não seja mais um sinônimo de adoecimento, esgotamento e opressão, mas sim uma condição fundamental para uma vida digna, plena e emancipada.

Em síntese, o que a CUT/PR coloca em movimento permanente é uma agenda que articula a luta de classes e a luta feminista. Entendemos que não se trata apenas de reivindicar direitos pontuais ou correções superficiais no sistema, mas de enfrentar e superar estruturas históricas de exploração, racismo e dominação. Combater o feminicídio, romper com o machismo institucional, garantir a isonomia salarial plena e transformar radicalmente as condições de trabalho são dimensões da construção de um Paraná e de um Brasil em que ser mulher não signifique mais viver sob a ameaça constante, a sobrecarga física e a desigualdade econômica, mas sim viver com liberdade plena, autonomia, dignidade humana e justiça social.

As Lutas por Igualdade Racial e Valorização da Diversidade no Mundo do Trabalho

A luta contra o racismo e em defesa da diversidade ocupa um lugar importantíssimo na trajetória e na ação política da CUT/PR. Não se trata de uma pauta acessória, mas de um elemento fundamental para organizar a classe trabalhadora, uma vez que o racismo, no Brasil, se manifesta de forma profunda nas relações de trabalho, nos salários, nas oportunidades e nas condições de vida. Nessa mesma perspectiva, a Central reafirma que a defesa da diversidade deve ser compreendida em sua amplitude, incorporando o respeito e a garantia de direitos às populações LGBTQIA+, às comunidades tradicionais — como povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos — e às trabalhadoras e trabalhadores imigrantes, historicamente submetidos a diferentes formas de exclusão e exploração.

Nesse sentido, uma das principais reivindicações defendidas pela CUT/PR é a promoção efetiva da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Isso passa, necessariamente, pela ampliação da contratação de trabalhadoras negras e trabalhadores negros, bem como de pessoas LGBTQIA+, integrantes de comunidades tradicionais e imigrantes, em todos os setores e níveis hierárquicos, rompendo com a lógica que historicamente empurra esses segmentos para funções precarizadas e de menor visibilidade. Ao mesmo tempo, a CUT/PR sustenta a necessidade de políticas concretas de crescimento profissional, com critérios transparentes de promoção e remuneração, combatendo as desigualdades salariais que ainda penalizam, sobretudo, as mulheres negras, pessoas trans e outros grupos socialmente marginalizados.

Outro eixo fundamental da atuação sindical diz respeito à inclusão de cláusulas específicas de combate a todas as formas de discriminação — racial, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, origem ou pertencimento cultural — nas negociações coletivas. Avanços reais só serão garantidos quando essas desigualdades forem transformadas em pauta concreta de reivindicação, assegurando dispositivos que garantam igualdade salarial, acesso ao emprego, promoção na carreira e mecanismos institucionais de fiscalização. Além disso, ganha força a defesa de políticas afirmativas, como cotas, metas de inclusão e a criação de comissões permanentes de diversidade nos locais de trabalho, com participação efetiva desses segmentos.

A CUT/PR também reivindica a implementação de políticas de prevenção e enfrentamento à discriminação no cotidiano das empresas e instituições públicas. Isso inclui a criação de canais seguros de denúncia, a apuração rigorosa de práticas discriminatórias e a responsabilização de empregadores que violem o direito à igualdade. É fundamental assegurar ambientes de trabalho livres de assédio, violência e preconceito, garantindo respeito à identidade de gênero, à orientação sexual, às tradições culturais e à condição de migrante, de modo a promover a dignidade de todas e todos.

Por fim, a CUT/PR reafirma que o combate ao racismo está diretamente ligado à construção de um projeto de sociedade mais justo, democrático e igualitário. Isso implica articular a luta sindical com os demais movimentos sociais (em especial o movimento negro, mas também com os movimentos LGBTQIA+, de povos e comunidades tradicionais e de imigrantes) fortalecendo iniciativas que enfrentem as múltiplas dimensões da desigualdade estrutural. Não basta denunciar a injustiça: é preciso enfrentá-la com organização, consciência de classe e ação coletiva permanente, sem deixar ninguém para trás.

Juventude e Valorização da Cultura como Eixo de Desenvolvimento Humano

A formulação de uma pauta consistente de políticas públicas para Juventude e Cultura por parte da CUT/PR não nasce do imprevisto, mas de um acúmulo histórico de debates, resoluções e intervenções políticas construídas internamente e em diálogo com os diversos movimentos sociais. Quando se observa esse percurso fica evidente que essas duas frentes cumprem papel estratégico na organização da classe trabalhadora, especialmente diante das transformações recentes no mundo do trabalho.

No que diz respeito à Juventude, a CUT/PR tem sustentado a defesa de políticas públicas que enfrentem a

JUVENTUDE E VALORIZAÇÃO DA CULTURA COMO EIXO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

precarização da inserção juvenil no mercado de trabalho. A CUT/PR se insere nesse esforço mais amplo, que reivindica, de forma articulada, o direito ao trabalho decente, à educação pública de qualidade e à proteção social, assim como também denuncia medidas que ampliam a exploração do trabalho juvenil, como propostas que flexibilizam direitos ou até mesmo abrem brechas para o trabalho infantil. Ao mesmo tempo, a CUT/PR aponta para a necessidade de retardar a entrada precoce no mercado de trabalho, garantindo condições para que jovens possam estudar e se qualificar, sem abrir mão de direitos. Soma-se a isso a luta contra o desemprego, e a informalidade, bem como a defesa de políticas de inclusão produtiva, acesso à universidade e valorização do salário mínimo como instrumento de distribuição de renda.

Já no campo da cultura, a CUT/PR compreende que não há emancipação da classe trabalhadora sem o acesso amplo aos bens culturais e sem o reconhecimento da cultura como direito. As iniciativas e debates promovidos pela Central indicam que cultura, esporte e lazer não podem ser tratados como elementos periféricos, mas como dimensões essenciais da qualidade de vida e da formação cidadã, sobretudo entre a juventude trabalhadora. Nesse sentido, a pauta cultural dialoga diretamente com a democratização do acesso a espaços e políticas públicas, com o fortalecimento das identidades populares e com o incentivo à produção cultural nas periferias e nos territórios historicamente marginalizados. A própria experiência de formação sindical da juventude, que incorpora música, poesia e memória das lutas, revela que a cultura é também instrumento de organização política e de construção de consciência de classe.

Como proposta concreta, destaca-se a necessidade de democratizar o acesso a equipamentos culturais — bibliotecas, teatros, cinemas e centros culturais — especialmente nas regiões metropolitanas e no interior do estado, além de incentivar a integração entre cultura e educação por meio de projetos permanentes nas escolas públicas. A CUT/PR também sugere a valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da cultura, com políticas de formalização, proteção social e reconhecimento profissional, enfrentando a precarização que marca o setor.

Em síntese, Juventude e Cultura convergem em uma mesma direção: disputar o projeto de sociedade. De um lado, a juventude trabalhadora não pode seguir sendo empurrada para empregos precários; de outro, o acesso à cultura é parte inseparável dos direitos sociais. Trata-se, portanto, de uma pauta que articula trabalho, educação, cultura e cidadania, com o objetivo de formar uma nova geração de trabalhadoras e trabalhadores conscientes, organizados e comprometidos com a transformação social.



Toda quarta-feira às 11h30 nas páginas parceiras

Facebook.com/CUTdoParana

Propostas dos Ramos de Trabalho

A construção da Plataforma da Classe Trabalhadora da CUT/PR para as Eleições de 2026 nasce do acúmulo coletivo dos Ramos de Trabalho filiados à central no Paraná — da indústria ao serviço público, do campo à cidade, do comércio aos setores financeiros, da educação à saúde, entre tantos outros. São propostas forjadas no cotidiano das categorias, a partir da experiência concreta de quem enfrenta a precarização, a rotatividade, os baixos salários e as desigualdades estruturais que marcam o mundo do trabalho.

O conjunto de contribuições que segue, expressa não apenas reivindicações imediatas, como a valorização real dos salários, a ampliação de direitos e a proteção social, mas também um projeto de desenvolvimento comprometido com a geração de trabalho decente, a soberania, a democracia e a justiça social, reafirmando o papel histórico da CUT/PR na organização e na luta da classe trabalhadora paranaense.

Financeiro

O governo do Paraná, por décadas, contou com um importante instrumento para fornecimento de crédito para as atividades econômicas do estado: o Banco do Estado do Paraná S/A (Banestado). Lamentavelmente, o banco foi privatizado em 2000. Deste processo, ao invés de resultar “dinheiro em caixa”, restou uma dívida bilionária que ainda drenará recursos do orçamento estadual até o ano de 2030.

A partir disto e de uma série de condições e restrições impostas pelo Banco Central, tornou-se absolutamente impossível ao estado criar um novo banco estadual, que pudesse substituir o Banestado e suprir a lacuna deixada por ele. O Banestado, além de contribuir com o fornecimento de crédito convencional para pessoas físicas e jurídicas, ainda era instrumentalizado para programas específicos e especiais de crédito que ficaram famosos, como o Panela Cheia, destinado ao financiamento da atividade rural, e o Bom Emprego, que financiava microempreendedores urbanos, entre outros.

Desde a privatização, o governo do Paraná tem mantido programas de microcrédito, com pouquíssimos recursos e, por isso mesmo, com baixíssimo alcance, através da Paraná Fomento, uma empresa pública constituída com recursos do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), “empréstimo” que viabilizou a privatização do Banestado.

Os trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro do Paraná entendem que, para alavancar o desenvolvimento social e econômico do estado é necessária uma estrutura de fornecimento de crédito que tenha solidez e capilaridade. Algumas diretrizes e propostas:

- **Exigir do Banco do Brasil**, principal financiador do agronegócio do país, que amplie sua rede de atendimento no estado, pois o Paraná é um dos estados que mais têm contribuído para o crescimento desse setor da economia.

- **Cobrar da Caixa Econômica Federal** a ampliação dos recursos destinados ao Minha Casa Minha Vida Rural, que viabiliza a melhoria das condições de moradia no campo. É um programa de crédito que repercute posi-

tivamente em cidades pequenas, especialmente as que tem predominância da agricultura familiar, pois promove a economia local.

- *Promover a capitalização da Fomento Paraná*, ampliando sua capacidade de atendimento, tanto econômica quanto geográfica, de forma que a instituição se torne popular e conhecida e seja referência para o microcrédito no estado. Ampliar a rede física de atendimento, através de parcerias com prefeituras. Ampliar o volume de crédito disponível, através de convênios com agentes financeiros como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Outra fonte poderia ser a captação de recursos junto às entidades de previdência dos servidores públicos municipais e estaduais.

- *O microcrédito não deve financiar* a precarização do trabalho promovido pelas plataformas. Ao contrário, ele deve ser direcionado para que trabalhadores e trabalhadoras deixem de depender desse tipo de trabalho e conquistem sua efetiva autonomia.

- *Defender a função social dos bancos públicos*, com exigência de que os mesmos contribuam de maneira efetiva para o desenvolvimento do estado do Paraná, direcionando crédito para as vocações e cadeias econômicas locais;

- *Liderar um movimento para a recriação* de bancos públicos estaduais, com gestão profissional, foco no desenvolvimento econômico e crédito prioritário para as micro e pequenas empresas, economia solidária e agricultura familiar;

- *Conectar a Vigilância em Saúde do Trabalhador*, a Auditoria Fiscal do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho para o combate ao assédio moral e sexual no sistema financeiro e a efetivação das alterações promovidas na NR-01;

- *Criar legislação estadual que proíba o fechamento de agências* bancárias de bancos públicos e privados em municípios de pequeno e médio porte, sem consulta à população e ao poder público local;

- *Liderar um movimento pela democratização* do Comitê de Política Monetária, com a introdução de metas sociais na gestão da política monetária;

- *Pressionar autoridades monetárias a colocar um fim* na extorsiva taxa de juros praticada pelo Bacen, permitindo que agentes financeiros ofereçam crédito barato e acessível para a população e para o setor produtivo;

- *Dialogar com o Congresso no sentido da regulamentação* do Artigo 192 da Constituição Federal, a partir das premissas revogadas pela EC 40/2003.



Comerciários

- *Chega de salário baixo no comércio.* A categoria exige reposição integral da inflação, aumento real nos salários e valorização efetiva do piso, garantindo dignidade para quem move o setor.
- *É preciso dar um basta nas formas precárias de contratação.* A pauta é pela formalização, contra fraudes trabalhistas e pela garantia de direitos como férias, 13º, FGTS e previdência.
- *Nas datas especiais, o lucro cresce* — mas os direitos precisam crescer junto. Os comerciários exigem limites à exploração, pagamento justo das horas extras e respeito ao descanso semanal.
- *Só a organização coletiva garante avanço.* A prioridade é fortalecer os sindicatos, ampliar a mobilização e assegurar negociações coletivas que arranquem conquistas reais para a categoria.

Segurança Pública

- *Implantar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)*, integrando as polícias nos âmbitos federal, estadual e municipal sob o conceito de segurança preventiva e cidadã.
- *Criar e fortalecer o policiamento especializado da "Patrulha Maria da Penha"*, promovendo campanhas de combate à violência doméstica em espaços públicos e transportes coletivos.
- *Desenvolver políticas públicas e programas educativos* permanentes para o combate à violência e ao preconceito contra a população LGBTQIA+.

Alimentação

- *Implementar políticas públicas* que assegurem o direito humano à alimentação adequada e saudável para toda a população.
- *Defender os direitos dos trabalhadores* da indústria da alimentação, com foco na melhoria das condições de trabalho e no combate rigoroso à precarização e à terceirização desenfreada.

CONHEÇA TAMBÉM A PLATAFORMA DA CUT BRASIL:

WWW.CUT.ORG.BR

Comunicação

- *Lutar pelo reconhecimento da obrigatoriedade* do diploma de Jornalista como requisito essencial e ético para o exercício da profissão.
- *Garantir a liberdade de expressão* e assegurar mecanismos de proteção à integridade física e aos direitos trabalhistas dos profissionais da comunicação.
- *Instituir critérios de equidade na distribuição* de verbas publicitárias oficiais, incluindo canais de TV e rádios comunitárias no rateio dos recursos.
- *Apoiar o desenvolvimento e incentivar o uso de softwares livres* nos órgãos públicos e nas organizações sociais como estratégia de autonomia digital.

Agricultura Familiar

- *Fortalecer os sindicatos* de trabalhadores da agricultura familiar e incentivar a organização da categoria em cooperativas para ampliar a capacidade produtiva e de negociação.
- *Promover políticas públicas* que incentivem a transição agroecológica, com investimentos em programas de pesquisa e extensão tecnológica específicos para a produção familiar sustentável.
- *Priorizar e ampliar o volume de recursos* destinados ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), garantindo escoamento da produção e segurança alimentar.
- *Garantir a implantação de infraestrutura rural*, apoio técnico qualificado e formação profissional continuada para modernizar a produção familiar sem perder a essência da sustentabilidade.
- *Instituir uma Política de Garantia de Preços Mínimos* (PGPM) permanente e diferenciada, além de criar mecanismos logísticos para a venda e distribuição dos produtos no mercado interno.
- *Consolidar o Programa de Habitação Rural* como política pública permanente, assegurando condições dignas de moradia para viabilizar a permanência do jovem no campo e a sucessão familiar.
- *Promover a regularização fundiária* voltada à agricultura familiar e acelerar a estruturação dos assentamentos de reforma agrária, garantindo a segurança jurídica e a função social da terra.



www.cutpr.org.br

Educação

- *Garantir o cumprimento integral* do Piso Salarial Nacional do Magistério e a implementação de planos de carreira que estimulem a formação continuada e a permanência na profissão.
- *Assegurar que o ingresso de docentes e funcionários* de escola ocorra exclusivamente por concurso público, combatendo a precarização dos vínculos trabalhistas.
- *Realizar campanhas permanentes* contra a privatização e a terceirização da gestão das escolas públicas, reafirmando a educação como dever do Estado.
- *Fortalecer o controle social* por meio de Conselhos Escolares e Municipais, garantindo a eleição direta para diretores e a participação da comunidade no Projeto Político-Pedagógico.
- *Garantir a matrícula e estratégias de permanência* para todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos, além de ampliar o atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos.
- *Monitorar a aplicação rigorosa dos recursos* do FUNDEB e lutar pela inclusão do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) como parâmetro para o financiamento da educação básica.
- *Implementar a Educação Especial Inclusiva* conforme a Lei Brasileira de Inclusão, com investimento em tecnologias assistivas, materiais adaptados e capacitação de profissionais.
- *Expandir o ensino em tempo integral*, integrando ciência, literatura, artes e práticas corporais para assegurar o desenvolvimento humano e cultural dos estudantes.
- *Instituir currículos que promovam a educação não sexista*, o respeito à diversidade e a pluralidade de ideias, combatendo todas as formas de preconceito no ambiente escolar.
- *Integrar todas as unidades escolares às redes digitais*, proporcionando infraestrutura de internet de alta velocidade e letramento tecnológico para alunos e professores.
- *Articular políticas entre estados, municípios e sociedade civil* para erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir o funcional, fortalecendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- *Fomentar a articulação* entre a escola e os órgãos de Saúde, Assistência Social, Conselhos Tutelares e Ministério Público para a proteção integral de crianças e adolescentes.

Saúde

- *Reestruturar e fortalecer o financiamento* do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo os princípios de gratuidade, integralidade e universalização, além de combater rigorosamente a terceirização e quarteirização dos serviços.

- *Implementar o Piso Salarial Nacional da Enfermagem* e definir planos de carreira que assegurem condições salariais adequadas, ascensão profissional e a democratização das relações de trabalho.
- *Realizar concursos públicos imediatos* para recompor o quadro de servidores e instituir programas de capacitação permanente para todos os trabalhadores do setor (estatutários e celetistas).
- *Ampliar o acesso aos serviços de saúde* básica e especializada, dotando a rede pública de infraestrutura moderna e suporte técnico para práticas assistenciais interdisciplinares.
- *Implementar políticas de saúde integral* para as mulheres que superem visões estereotipadas e garantam atendimento humanizado e resolutivo em todas as etapas da vida.
- *Fortalecer os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)*, garantindo suporte para ações de vigilância, diagnóstico, tratamento e reabilitação de acidentados e adoecidos.
- *Aprimorar o sistema de controle social*, assegurando o poder deliberativo dos Conselhos de Saúde (Municipais, Estaduais e Federal) e instituindo conselhos gestores nas unidades.
- *Articular políticas de reabilitação profissional* entre as áreas de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social para garantir a reinserção real do trabalhador no mercado.
- *Instituir um sistema de informação em Saúde do Trabalhador* que unifique dados de celetistas, estatutários e trabalhadores informais para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas.
- *Introduzir o tema da saúde do trabalhador* em todos os níveis da educação formal e traçar políticas de comunicação contínuas com a sociedade e meios de comunicação.
- *Exigir o cumprimento de requisitos de preservação da saúde*, do emprego e do meio ambiente em licitações e linhas de financiamento público para obras e inovações.
- *Inserir na rede SUS políticas específicas para o cuidado de idosos*, incluindo a formação e o suporte aos cuidadores como uma responsabilidade do Estado.

Transportes

- *Implementar melhorias contínuas* na infraestrutura física e nos modelos de gestão do transporte público para assegurar um serviço ágil e seguro.
- *Incentivar o uso de modais sustentáveis* e o desenvolvimento de políticas de mobilidade que priorizem a ocupação humana e a preservação ambiental.
- *Intensificar a diversificação das matrizes* de transporte, buscando alternativas que reduzam a dependência de combustíveis fósseis e otimizem o fluxo urbano.

- *Substituir o paradigma do transporte individual* pelo incentivo a sistemas de massa (metrô, ônibus e VLT) e à ampliação de ciclovias, garantindo qualidade e tarifas acessíveis.
- *Garantir o acesso universal e a integração* entre os diversos modais, adaptando calçadas, travessias e veículos para assegurar o direito de ir e vir a toda a população.
- *Assegurar a acessibilidade econômica ao transporte* por meio de subsídios governamentais e do fortalecimento do Vale-Transporte, protegendo o orçamento da classe trabalhadora.
- *Redefinir o financiamento do sistema para garantir a gratuidade* a estudantes e desempregados, assegurando que o custo dessas políticas não seja repassado aos demais usuários.
- *Fomentar conselhos municipais e metropolitanos* de transporte com participação deliberativa de usuários e trabalhadores do setor, garantindo transparência e controle social.
- *Garantir que 100% dos serviços, atendimentos e instalações públicas* de transporte sejam plenamente acessíveis, eliminando barreiras físicas e comunicacionais.

Servidores Públicos

- *Assinar reajustes salariais* que assegurem ganho real acima da inflação e melhores condições de trabalho, combatendo a precarização e as perdas históricas da categoria.
- *Instituir e atualizar Planos de Carreira* que garantam a ascensão funcional, a profissionalização da gestão e a remuneração condizente com a responsabilidade pública.
- *Garantir o concurso público* como única via de ingresso na administração, combatendo rigorosamente o nepotismo, o patrimonialismo, o fisiologismo e a terceirização.
- *Promover a democratização* das relações de trabalho por meio da negociação coletiva obrigatória e do fortalecimento do diálogo entre governo e sindicatos.
- *Implementar políticas de saúde ocupacional*, segurança e acessibilidade, garantindo ambientes de trabalho dignos e proteção contra riscos laborais.
- *Criar programas de qualificação profissional* articulados com universidades públicas, focados na função social do serviço público e na excelência do atendimento à população.
- *Instituir mecanismos rigorosos de prevenção* e combate ao assédio moral, à discriminação de raça e à violência de gênero no ambiente institucional.
- *Garantir a liberdade de organização*, o combate às práticas antissindicais e o reconhecimento das entidades de classe como legítimas representantes dos interesses dos servidores.



Construção Civil e Pesada

- *Implementar vigilância rigorosa* sobre as normas de segurança e condições laborais nos canteiros de obras, visando a erradicação de acidentes e a garantia de ambientes seguros.
- *Promover políticas públicas* que estimulem a geração de postos de trabalho no setor, aliadas a programas de capacitação técnica e profissional contínua para os trabalhadores.

Trabalhadores dos Correios

- *Proteger a integridade dos serviços postais* contra tentativas de privatização, reafirmando o papel estratégico dos Correios como empresa pública e patrimônio do povo brasileiro.
- *Lutar pela manutenção dos direitos trabalhistas* e pela valorização profissional de carteiros, atendentes e demais trabalhadores da rede postal.

Químicos

- *Garantir ambientes de trabalho* que ofereçam proteção eficaz contra a exposição a substâncias nocivas e riscos químicos, em estrita conformidade com os protocolos de segurança.
- *Fortalecer as políticas de saúde ocupacional* e os planos de carreira para os profissionais da indústria química, assegurando o reconhecimento técnico e a dignidade laboral.



Conclusão

Os apontamentos de propostas e conteúdo desta Plataforma da Classe Trabalhadora da **CUT PARANÁ**, que foi construída com a contribuição de nossos ramos de atividade da Central, servem como principal receituário para destacar, neste processo de eleições gerais de 2026, as demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores CUTistas do Paraná. Sobretudo, no sentido de poder construir, nas casas legislativas estaduais e no Congresso Nacional, pensamentos e ações que se identifiquem com a classe trabalhadora do nosso Estado, do nosso País e as defendam.

Viva as trabalhadoras e trabalhadores, viva a Central Única dos Trabalhadores do Paraná.



**Rua João Manoel, 444
São Francisco | Curitiba-PR
CEP : 80510-250**

www.cutpr.org.br

 **/CUTdoParana**

 **/user/CUTParana**

 **/CUTParana**